



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

*ES*  
*ES*

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração na Apelação nº 0269210-4 (N.P.U. 0000560-44.2010.8.17.1520)**

**Embargante:** Município de Triunfo

**Embargado:** Giselda Alves Diniz

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO EM RECURSO DE AGRAVO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE APENAS ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.**

1. O aresto combatido firmou-se no sentido de que a gente comunitária de saúde do Município de Triunfo possui direito às férias e décimo terceiros salários não adimplidos pelo ente contratante.
2. Não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não servindo, os aclaratórios, como meio hábil para a rediscussão de matéria.
3. Outrossim, saliento que mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe a existência de alguns dos vícios descritos no art. 535 do CPC (omissão, contradição ou obscuridade), o que não é o caso dos autos.
4. Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração na Apelação nº 0269210-4, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 24 de setembro de 2013.

  
**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator



224  
L

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração na Apelação nº 0269210-4 (N.P.U. 0000560-44.2010.8.17.1520)**

**Embargante:** Município de Triunfo

**Embargado:** Giselda Alves Diniz

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**


Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 210/215) opostos em face de acórdão que negou provimento, por unanimidade de votos, ao Recurso de Agravo, que manteve a decisão terminativa, a qual reformou a sentença de 1º grau, para condenar o Município de Triunfo ao pagamento das férias e dos décimos terceiros salários da reclamante, que não foram devidamente adimplidos no período laborado, sendo a atualização monetária e os juros de mora incidentes sobre a condenação imposta à Fazenda Pública, a título de diferenças salariais, efetuados de acordo com a regra constante do art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/2009, ou seja, mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros das cadernetas de poupança, devendo incidir os juros de mora a partir do trânsito em julgado da sentença (Súmula 188 do STJ), observada a prescrição quinquenal.

Sustenta o embargante que a decisão fustigada é omissa, pois não houve manifestação sobre os dispositivos legais violados.

Requer, então, o conhecimento e provimento dos embargos, para o fim de prequestionar a matéria ventilada, devendo esse tribunal se manifestar expressamente sobre a aplicabilidade ou não do artigo 17, dos Atos das Disposições constitucionais Transitórias, CF/88; no artigo 37, caput e incisos IX e XIV, da CF/88; no artigo 12 da Lei federal nº. 8.745/93; no art. 235 da Lei Federal nº. 8.112/90; no artigo 98, da Constituição do Estado de Pernambuco; na inconstitucionalidade dos artigos 55 e 56 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Triunfo, a fim de ser satisfeito o requisito do prequestionamento, indispensável à interposição do recurso especial e extraordinário.

É o Relatório.

Recife, 24 de setembro de 2013.

  
**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração na Apelação nº 0269210-4 (N.P.U. 0000560-44.2010.8.17.1520)**

**Embargante:** Município de Triunfo

**Embargado:** Giselda Alves Diniz

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO**

A questão deduzida no recurso não condiz com quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil, pois o embargante pretende apenas a rediscussão da matéria *sub judice*. Explico.

Com efeito, observa-se que não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada. Na verdade, o embargante está pretendendo rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.

Ocorre que, ao contrário do alegado pela parte embargante, quanto às supostas omissões, a questão em tela foi devidamente enfrentada, e os fundamentos da decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado pelo então Desembargador Relator, porquanto o pleito do embargante não encontra amparo na legislação vigente, estando, a decisão embargada, conforme farta jurisprudência desta e. Corte de Justiça.

Na verdade, nota-se que o embargante está pretendendo apenas rediscutir a matéria, não estando presentes, portanto, os requisitos da embargabilidade.

Tem-se que o aresto embargado enfrentou o tema trazido pela parte, com a devida fundamentação jurídica e manifestação acerca dos dispositivos incidentes na espécie, não havendo nele qualquer omissão.

Importa trazer à colação os seguintes julgados do STJ e deste e. Tribunal de Justiça, assim ementados:

**STJ: “EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO DO JULGADO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO PREVISTO NO ART. 535 DO CPC. 1. Pedido da parte embargante que se restringe à rediscussão do mérito, via para a qual os embargos de declaração não se prestam, pois que recurso de integração e não de substituição. 2. Mesmo que se considere que o objetivo da parte embargante seja o de prequestionamento, o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe, necessariamente, haver a existência de vício descrito no art. 535 do CPC, o que não é o caso dos autos. 3. Embargos**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

*de declaração rejeitados". (grifei) (STJ, EDcl no AgRg no AREsp 82192 / RJ. DJe 07/08/2012. Ministra Maria Isabel Gallotti. Decisão unânime).*

***TJPE: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. VIA ELEITA INADEQUADA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS. Os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão da causa, mas sim à mera integração do julgado, com base nas hipóteses previstas no art. 535, CPC. Nesse sentido, não se deve confundir omissões e/ou contradições com inconformismo. Uma vez irresignada com o julgado, devia a parte interessada manejar o recurso adequado ao seu desafio, e não se valer dos presentes aclaratórios, cuja natureza, por essência, é integrativa. Embargos Declaratórios conhecidos, porém rejeitados à unanimidade de votos". (Embargos de Declaração nº 192362-2/02. Relator: Luiz Carlos Figueiredo. Julgado em 29/3/2011).***

Ademais, cumpre esclarecer que o julgador não está adstrito a julgar a lide analisando todas as alegações das partes.

Sabe-se que *"É fundamental que o inconformismo do embargante se refira a uma das hipóteses do art. 535 do CPC, não sendo bastante a pretensão de obter pronunciamento jurisdicional sobre todos os dispositivos legais aplicáveis ao caso, já que o julgador não é obrigado a rebater todas as alegações das partes"* (TJPE, 251674301 PE 0021011-57.2011.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 24/01/2012, 7ª Câmara Cível, Publicação: 22).

Nesse sentido, colhe-se decisão do STJ, tendo como relator o Eminentíssimo Ministro Humberto Martins:

***STJ: "PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO JULGADO. INCONFORMAÇÃO COM A TESE ADOTADA PELA SEGUNDA TURMA. 1. O embargante, inconformado, busca efeitos modificativos com a oposição destes embargos declaratórios uma vez que pretende ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese. 2. Não há vício algum no acórdão que reitera a fundamentação constante na decisão monocrática, desde que a prestação jurisdicional seja dada na medida da pretensão deduzida. As alegações contidas no agravo regimental não podem inovar as razões que foram suscitadas no recurso especial. 3. Assim, se as questões colocadas o julgamento são as mesmas, não há ilegalidade alguma em se reiterar a fundamentação da decisão, submetendo-a ao conhecimento e aprovação do órgão colegiado. 4. Por fim, é cediço que o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas, ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a***



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

*decisão, o que de fato ocorreu. Embargos de declaração rejeitados". (grifei)  
(EDcl no AgRg no REsp 1295636 / RS. DJe 18/06/2012. Decisão unânime).*

Como se vê, não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada. Na verdade, o embargante está pretendendo rediscutir a questão, o que não se admite em sede de embargos declaratórios.

Outrossim, saliento que mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe a existência de alguns dos vícios descritos no art. 535 do CPC (omissão, contradição ou obscuridade), o que não é o caso dos autos.

O prequestionamento, aliás, não criou nova espécie de recurso, não estando o juiz obrigado a examinar cada dispositivo legal, bastando que examine as questões jurídicas debatidas nos autos.

Dessa feita, estando satisfatoriamente fundamentado o posicionamento adotado pelo julgador e, portanto, ausente a necessidade de esclarecimentos no julgado recorrido, prosperam as razões da parte-embargante.

Por tais razões, voto pela rejeição dos presentes embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator